



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 028

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE MAIO DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Valdir Rossoni
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Waldir Leite
PSB .....	Ratinho Júnior
PSC .....	Mauro Moraes

## Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 028ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
06 DE MAIO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Delegado Bradock e Geraldo Cartário..

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofício:**

**OFÍCIOS**

Sob os nºs CTL/CC 067, 068, 069, 070 e 071/2003, do senhor governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo os Projetos de Lei nºs 396/2001,

171/2000, 444/99, 343/2000 e 060/2001, de autoria dos deputados Ademir Bier, Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Pastor Edson Praczyk e CPC de Medicamentos, respectivamente. **Ao conhecimento dos senhores deputados interessados.**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 847**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 210/2003, que objetiva criar cargos de provimento em comissão, com lotação no Centro Cultural Teatro Guaíra.

Sala das Sessões, em 06.05.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

**REQUERIMENTO Nº 839**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja marcada a data de 19 de agosto do corrente ano, para comemorar, em Sessão Solene, o Bicentenário de Nascimento do Marechal Luiz Alves de Lima, Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro.

Sala das Sessões, em 06.05.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

**REQUERIMENTO Nº 848**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER a utilização do grande expediente da Sessão Plenária do dia 12 de maio do corrente (segunda-feira próxima) para pronunciamiento do Sindicato dos Engenheiros, Ocepar e CREA, sobre a situação das estradas pedagiadas do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 06.05.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

**REQUERIMENTO Nº 841**

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de pesar à família Kaiser, pelo falecimento da Sra. Maria Jovita Rebello Machado Kaiser, ocorrido na cidade de Londrina, dia 02 de maio.

Nestes termos pede deferimento, solicitando que se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Cláudio Manoel da Costa, 43 - Lago Parque - Londrina / PR - CEP 86015-330.

Sala das Sessões, em 06.05.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Jovita Kaiser, faleceu no último dia 02 de maio, aos 79 anos. Era casada com Armínio Kaiser e tinha duas

filhas: Olga e Ilza. Foi chefe do Núcleo de Educação em Londrina de 1983 à 1986 e secretária municipal da Educação no ano de 1993.

Paulistana, formada em Odontologia pela USP, Jovita Kaiser veio ao Paraná em 1959, morando inicialmente em Paranaíba. Depois de dez anos em Arapongas, chegou a Londrina em 1970, trabalhando no ensino profissionalizante do Colégio de Aplicação.

Atuante em todos os movimentos da categoria, no período da ditadura foi indiciada pela Lei de Segurança Nacional. Esteve sempre presente nos atos de resistência à ditadura, em especial no Movimento pela Anistia e na campanha das Diretas Já.

Durante seu trabalho pela educação, foi muito admirada pelos profissionais da área, lutando sempre pela classe e tendo sempre como objetivo facilitar o acesso das crianças à escola.

A Assembléia Legislativa, por intermédio desta deputada, cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares da Sra. Jovita, endereçando votos de profundo pesar e solidariedade.

#### REQUERIMENTO Nº 845

Senhor Presidente:

Respeitadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao prefeito do município de Maringá, José Cláudio Pereira Neto, bem como ao presidente da Câmara Municipal, João Alves Correia, parabenizando os representantes da comunidade maringaense em razão da comemoração dos 56 anos de emancipação política do município de Maringá, no dia 10 de maio.

Maringá, a princípio simples patrimônio, localizado no interior do município de Mandaguari, fundado pela Companhia de Terras, não tardou em cumprir sua profecia, tornando-se uma das mais importantes cidades do Estado do Paraná, sendo reconhecida pelo metro quadrado de verde para cada habitante, e por sua qualidade de vida, comparada a das melhores do mundo.

Em 10 de maio de 1947, o patrimônio de Maringá foi elevado à categoria de distrito administrativo, com território pertencente ao município de Mandaguari. Pela Lei Estadual 790, de 14 de novembro de 1951, sancionada pelo território desmembrado do município de Mandaguari.

O projeto da cidade de Maringá foi idealizado obedecendo as mais avançadas normas de planejamento, sendo desenvolvido por Gastão de Mesquita Filho e Cássio Vidigal, diretores da Companhia, com base no anteprojeto do urbanista Jorge Macedo Vieira. Uma das exigências que a Companhia de Terras Norte do Paraná fazia aos compradores de lotes urbanos é que a construção da casa deveria ser em prazo pré-estabelecido. Isto fez com que o perímetro urbano de Maringá, no início da colonização, fosse uma verdadeira clareira na mata com uma seqüência interminável de chaminés.

O comércio de Maringá surgiu forte, com homens decididos a enfrentar as adversidades da época.

A denominação foi inspirada na canção “Maringá”, de autoria do compositor Joubert de Carvalho, composta em 1931. A sugestão foi dada pela Sra. Elizabeth Thomaz, esposa do Sr. Arthur Hugh Miller Thomaz, que foi o propulsor das atividades iniciais da Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa que fundou a cidade de Maringá. Numa reunião da Companhia, em que se decidiria a denominação da cidade nova (Maringá), a Sra. Elizabeth lembrou: “por que não damos à cidade o nome da mais bela canção brasileira, Maringá?”. A sugestão foi aceita imediatamente, sendo que por este motivo Maringá também é chamada de “Cidade Canção”.

Hoje Maringá dispensa apresentações. A cidade é bela, desenvolvida e acolhedora. O povo hospitaleiro e trabalhador orgulha-se de sua bela e pujante cidade.

Sala das Sessões, em 06.05.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 840

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações pela 27ª aniversário do município de Nova Santa Rosa, a realizar-se no período de 25 de abril a 02 de maio do corrente ano.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Sr. Antonio Caldeira de Moura, prefeito municipal, Sra. Salete Kronbauer Bucholz, vice-prefeita, vereador Osmar Schallenberger, presidente da Câmara Municipal e ao senhor Plínio Ari Schütz, presidente da Acinsar.

Sala das Sessões, em 06.05.2003.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 843

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações à população do município de Imbituva, através de seu prefeito, Sr. José Antonio Pontarollo, pelos 132 anos de emancipação política do município.

Requer, ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para a Prefeitura Municipal, Rua Prefeito José Büher, 462, CEP 84430-000, Imbituva, Paraná.

Sala das Sessões, em 06.05.2003.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 844

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido

o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações pela inauguração do Palladium Shopping Center, mais um grande empreendimento comercial visando atender às necessidades da comunidade e engrandecer o município de Ponta Grossa.

Requer, ainda, que se dê ciência aos fundadores da empresa, senhores Anibal Tacla e Ricardo Tacla, através de correspondência para a Rua Ermelino de Leão, 703, CEP 84035-000, Ponta Grossa, Paraná.

Sala das Sessões, em 06.05.2003.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 842

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de louvor a V. Em<sup>a</sup>. Dom Geraldo Majella Agnelo, ex-arcebispo metropolitano de Londrina e Toledo, atual cardeal arcebispo de Salvador, escolhido ontem dia 05 de maio de 2003 como presidente da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) durante a 41ª Assembléia geral da CNBB.

O presente requerimento se deve além do louvor por sua eleição como presidente da CNBB, mas também como reconhecimento por seus relevantes serviços prestados a comunidade paranaense, requer ainda o envio de expediente ao homenageado.

Sala das Sessões, em 06.05.2003.

(a) BARBOSA NETO

### Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 243/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido aos estudantes das redes pública e particular de ensino médio e superior, o meio (1/2) passe nos meios de transporte coletivo intermunicipal.

Art. 2º - O direito ao meio (1/2) passe será utilizado pelo estudante durante o período letivo estabelecido pela instituição de ensino em que o mesmo estiver regularmente matriculado.

Art. 3º - O direito ao meio (1/2) passe será utilizado pelo estudante no trajeto de ida e volta à instituição de ensino em que o mesmo esteja regularmente matriculado.

Art. 4º - O meio (1/2) passe corresponderá a 50% do valor da tarifa efetivamente cobrada aos usuários comuns, independentes de promoções e descontos.

Art. 5º - Ao deixar as instituições de ensino médio ou universitário, o estudante perde o direito ao benefício da meia passagem.

Art. 6º - O meio (1/2) passe estudantil de uso pessoal e intransferível do estudante e só terá validade mediante apresentação de comprovante de matrícula emitido pela Instituição de Ensino.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.05.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### JUSTIFICATIVA:

O preço das tarifas nos meios de transporte coletivo intermunicipal tem contribuído para dificultar a vida de milhares de estudantes, em alguns casos, este fator tem sido decisivo para o processo de evasão escolar impedindo assim que o direito à educação seja amplo e plenamente exercido.

Aliados ao fato de que a maioria dos estudantes, principalmente do ensino médio, não possui renda própria e depende financeiramente de seus pais, os quais geralmente tem outros filhos e por questões econômicas não conseguem manter todos na escola.

A falta de vagas na rede pública oficial de ensino médio e universitário tem obrigado diversos estudantes a matricular-se em escolas que nem sempre se ajustam às suas necessidades e possibilidades nesse sentido, o fator distância, em alguns casos, leva ao abandono da escola.

Os estudantes da rede particular de ensino médio e universitário enfrentam mensalmente o problema dos aumentos das mensalidades, que acrescido ao empobrecimento da classe média, fazem dos gastos com passagens um peso considerável no orçamento familiar.

Vem ganhando espaço junto aos que analisam a Universidade brasileira a idéia de interiorização do ensino de 3º grau. Diversas Universidades vem criando vários cursos em diferentes regiões do Estado, sendo que seus alunos, geralmente, residem em diferentes municípios.

O meio passe no transporte coletivo intermunicipal representará mais uma conquista e uma relevante redução nas despesas destas pessoas. Também servirá de incentivo para as populações mais carentes terem acesso a cursos superiores.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à primeira oradora inscrita, deputada Elza Correia.

#### A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, nobres companheiros e companheiras.

Já usei desta tribuna, há algum tempo atrás, para falar de uma questão que nós, principalmente as mulheres brasileiras, têm tido uma preocupação muito grande com a questão das Delegacias Especiais de Mulheres instaladas em todo o Brasil desde 1985, como um instrumento de garantia da vida das pessoas e também um local onde as mulheres em situação de violência podem fazer as suas denúncias. Desde a criação das Delegacias Especiais da Mulher, em 1985, quase sete milhões de mulheres brasileiras já fizeram denúncias de violência doméstica, que aliás, 70% dessas violências acontecem no interior das residências das famílias. E acontece, as mulheres são agredidas e violentadas, na maioria das vezes, por seus companheiros, como maridos, namorados, enfim.

Então, é uma situação crítica e temos lutado muito aqui no Paraná para dar dignidade e qualidade de estrutura e funcionamento a essas delegacias, que estão absolutamente sucateadas. Em Londrina, temos uma demanda enorme de atendimento na Delegacia da Mulher e há muito pouco tempo foi proposto, inclusive, que o 2º Distrito Policial funcionasse dentro da Delegacia. Nós conseguimos reverter esse processo, interferindo e pedindo a interferência inclusive, do doutor Adalto.

E hoje a própria Secretaria da Mulher e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em Londrina estão tremendamente preocupados, porque até a intimação que a delegada faz para que o marido ou o agressor venha até a Delegacia, quem leva essa intimação é a própria vítima, a própria mulher, e ela só tem duas opções: ou rasga essa intimação ou leva e apanha de novo.

Então, é uma contradição inaceitável. Tem que haver imediatamente alguma coisa, alguma intervenção, para que as Delegacias das Mulheres tenham condições mínimas. Sabemos que é uma realidade nacional das delegacias de um modo geral, a superpopulação, enfim, a situação é gravíssima de um modo geral, mas esse instrumento, que deveria assegurar e garantir a vida das mulheres, às vezes contribui exatamente ao contrário. Quando tem carro não tem motorista; quando tem motorista não tem gasolina, e assim vai!

Então, vamos fazer em Londrina um encontro que pretendemos seja estadual, e eu queria aqui até pedir a colaboração dos colegas, se necessário for no momento, para que façamos esse encontro com todas as delegadas e os Conselhos de Mulheres do Estado para redefinirmos, rediscutirmos esse instrumento tão sucateado e desprezado pelas autoridades de um modo geral no Paraná todo. Eu não sei como é que está a situação em Foz do Iguaçu, mas sei que tem a Delegacia da Mulher lá. Em Londrina, funciona hoje precariamente com um delegada e uma escrivã que estamos segurando meio que “na marra”, porque já tentaram inclusive retirar a escrivã. Então, para ficar só uma delegada, não tem condições; seria melhor fechar.

Aproveito a oportunidade para dizer, paralelo a isso, que a nossa reitora da Universidade Estadual de Londrina, a Lígia Pupato, acaba de assinar um convênio

com a Secretaria da Mulher em Londrina para um Centro de Atendimento à Mulher na área jurídica.

Então, a UEL, em uma demonstração que é necessário uma parceria da sociedade para resolver esses problemas, hoje é nossa parceria no atendimento às mulheres em Londrina.

Isso é uma demonstração de que Estado e instituições devem trabalhar de forma parceira, de forma integrada, buscando alternativas e soluções para melhorar a qualidade de vida da população como um todo.

Encerrando, eu gostaria apenas de colocar que nós temos tido um contato bastante próximo com os nossos secretários de governo Requião, temos sido prontamente atendida por eles e recebemos hoje com muita alegria do nosso presidente da Cohapar, Luiz Cláudio Romanelli, o atendimento a vários pedidos que nós fizemos para a construção de moradias populares em Primeiro de Maio e outras cidades da região ele nos informa que essas solicitações nossas foram incluídas nos programas de atendimento e eu acho que isto é uma notícia importante para mostrar a conexão dos secretários de governo com os deputados desta Casa. Igualmente já estamos interferindo há bastante tempo na questão do IMOL em Londrina e eu faço isto para ficar consignado nesta Casa a nossa intervenção, bem como de outros deputados de Londrina, inclusive Barbosa Neto, em relação a questão do IML. Temos tido a intervenção também bastante grande na PEL, na Penitenciária Estadual de Londrina e na Casa de Custódia.

Acho que é importante, colocar isto, porque ficamos sabendo que em Londrina, vez ou outra, comenta-se que a deputada Elza Correia eventualmente não está desenvolvendo as ações necessárias para contribuir com as questões da nossa cidade, o que é uma inverdade, porque nós temos trabalhado cotidianamente, não só por Londrina, mas por todo o Estado do Paraná nas questões que são gritantes e necessárias, a intervenção de nós todos deputados desta Casa.

Era isto, senhor presidente muito obrigada.

#### O SR. CHICO NOROESTE (**Pela Ordem**)

Só para registrar a presença da presidente da Câmara de Itaipulândia, vereadora Silvania, e do secretário de Planejamento, Sr. Charles. Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nossas boas vindas à presidente da Câmara e ao secretário.

Não há mais oradores no Pequeno Expediente nem no Grande Expediente e no horário das Lideranças todos declinaram.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos deputados:

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 480/2002, de autoria do deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, para a Prefeitura Municipal de Terra Roxa. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 480/2002. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a Utilização de Programas abertos pela administração direta, indireta e fundacional do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDAS DA CCJ. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 018/2003. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Agora, vamos votar as emendas.

Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 001/2003 e 018/2003. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 760/2002, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, que incorpora a gratificação por assiduidade ao vencimento básico do Quadro de Servidores Efetivos do Ministério Público. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 152/2002, de 04.12.2002 - Ofício).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 760/2002

##### P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, que incorpora a gratificação por assiduidade ao vencimento básico do Quadro de Servidores Efetivos do Ministério Público (*sic*).

Reza o parágrafo 2º, artigo 114 da Constituição do Estado do Paraná que:

Art. 114 - (*omissis*)

§ 2º - Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, promovendo-os por concurso público

de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifamos).

Chamada esta relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11.03.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 760/2002

##### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 760/2002, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, incorpora a gratificação por assiduidade ao vencimento básico do Quadro de Servidores Efetivos do Ministério Público.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça em 11 (onze) de março de 2003.

A gratificação por assiduidade foi conferida aos servidores do Ministério Público através da Lei nº 13.628, de 12 de junho de 2002 (Diário Oficial nº 6248).

A gratificação especial não era aplicada para fins de contribuição previdenciária e não era incorporada quando da passagem do servidor para a inatividade, além de não integrar a base de cálculo para a concessão de vale transporte ou auxílio alimentação.

Esta gratificação foi também concedida a servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Cabe salientar que o Ministério Público tem autonomia funcional e administrativa, na forma da Constituição Federal. Contudo, do ponto de vista financeiro, deve observar o disposto no artigo 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na justificativa da matéria em exame, o ordenador da despesa apresentou o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, que será de 0,13% em relação aos ativos e de 0,06% em relação aos inativos.

Atesta ainda o ordenador da despesa que “por igual, demonstrou o estudo realizado que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da instituição (computados os ativos e inativos) no presente exercício (out/nov/dez), será de 0,0008093%, donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal”.

Observa-se que a justificativa contempla o impacto financeiro somente no ano de 2002, quando a proposição foi enviada à Assembleia Legislativa.

Isto posto, na forma do que prescreve o Regimento Interno, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 760/2002.

Sala das Comissões, em 02.4.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/2003, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que altera o parágrafo único da Lei nº 13.738 de 24 de julho de 2002. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18/02/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 050/2003

**P A R E C E R :**

O projeto de lei em tela de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que “altera o parágrafo único da Lei nº 13.738, de 24 de julho de 2002”.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11.03.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 050/2003

**P A R E C E R :**

Objeto desta análise, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, visa alterar o parágrafo único da Lei nº 13.738, de 24 de julho de 2002.

Sobre a matéria, vale salientar que é possível alterar uma lei, através do referido projeto de lei.

Através da Lei nº 13.738, de 24 de julho de 2002, a doação do lote de terras foi realizado à Prefeitura Municipal de Morretes, devendo o imóvel doado ser destinado exclusivamente para a instalação da Polícia Florestal e a APAE.

Ocorre que a área doada é extensa e pode ser destinada a outras construções e serviços que serão extremamente úteis ao município e a sociedade.

Constatamos, também, que em análise ao pronunciamento da Prefeitura Municipal de Morretes, vimos que a mesma só está no aguardo da aprovação do projeto de lei, para iniciar a construção das obras para a instalação do Corpo de Bombeiros.

Assim sendo, sugerimos a apresentação da Emenda Modificativa, no sentido de substituir a expressão do parágrafo único do artigo 1º “para outros serviços do Poder Executivo”, por “instalação do Corpo de Bombeiros”, pretendendo assim regulamentar a matéria a destinar autorização específica ao que se pretende.

Portanto, concluímos que da forma indicada, o referido projeto de lei, estará apto a prosseguir sua

normal tramitação nesta Casa, obtendo desta Comissão seu parecer favorável na forma de emenda anexa.

Sala da Comissão, em 08 de abril de 2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA  
Presidente e Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 050/2003

Substitua-se ao Parágrafo Único, do artigo 1º, a expressão “para outros serviços do Poder Executivo” por “instalação do Corpo de Bombeiros”, passando a seguinte redação:

Parágrafo Único - A doação do imóvel a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado para instalação do Batalhão da Polícia Florestal, para APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Morretes, e para instalação do Corpo de Bombeiros, no município de Morretes, não podendo ser dada outra destinação, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos”.

Sala das Comissões, em 08.04.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA  
Presidente e Relator

Apoiamento:

Ratinho Júnior, Elton Carlos Welter e Elza Correia.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sobre a mesa Requerimento nº 839, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 840, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 841, de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 842, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 843 e 844, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 845, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 847 e 848, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte:

**ORDEM DO DIA:**

3<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/2003.

2<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 760/2002 e 050/2003.

1<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 125/2003.

Levanta-se a Sessão.

**Ata de Comissão:**

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 15<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 5<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 480/2002 e o Projeto de Lei Complementar nº 138/2003, que foram APROVADOS sem observações. Nada havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior